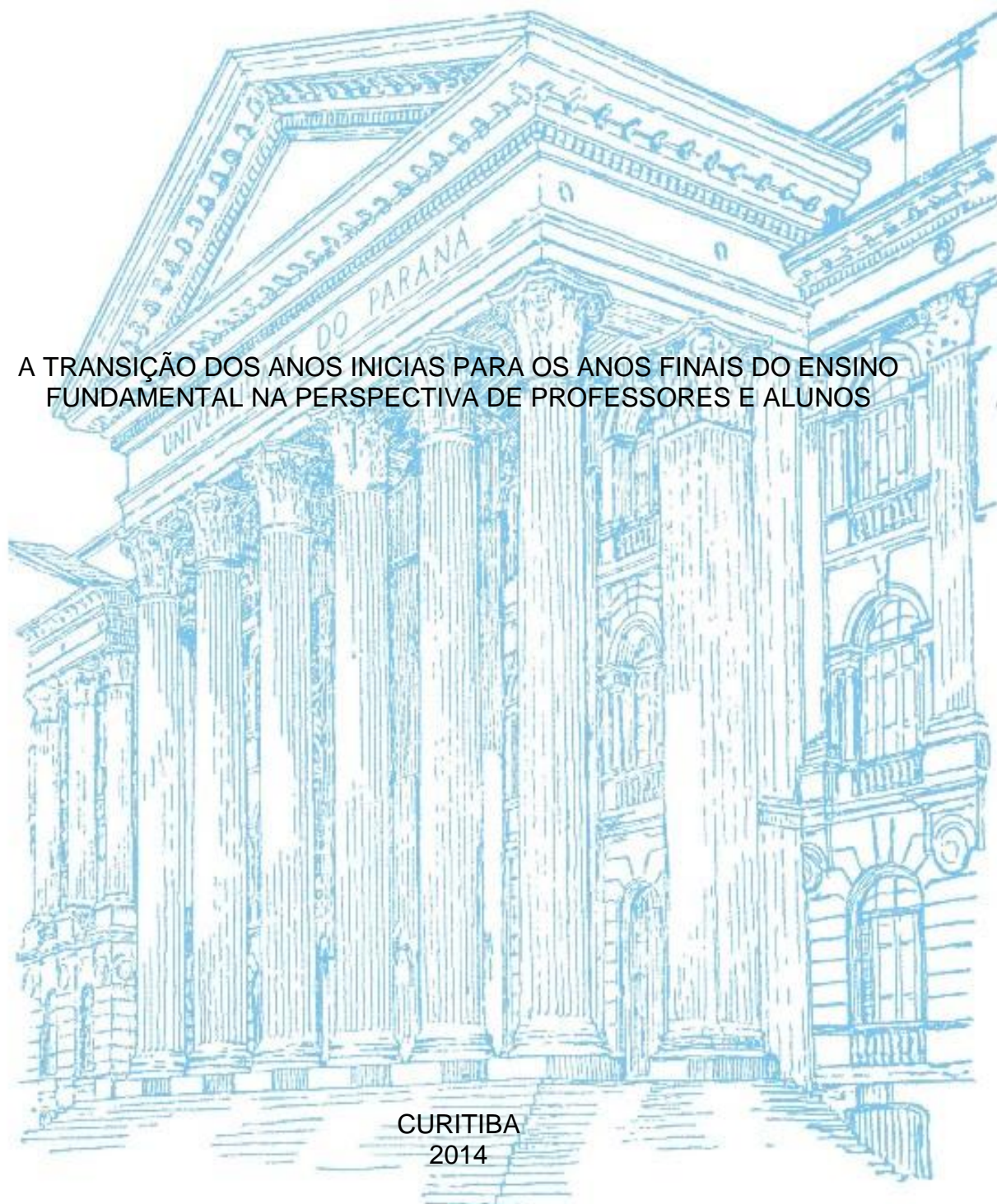


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

TÂNIA APARECIDA HUPPES

A TRANSIÇÃO DOS ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES E ALUNOS



CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

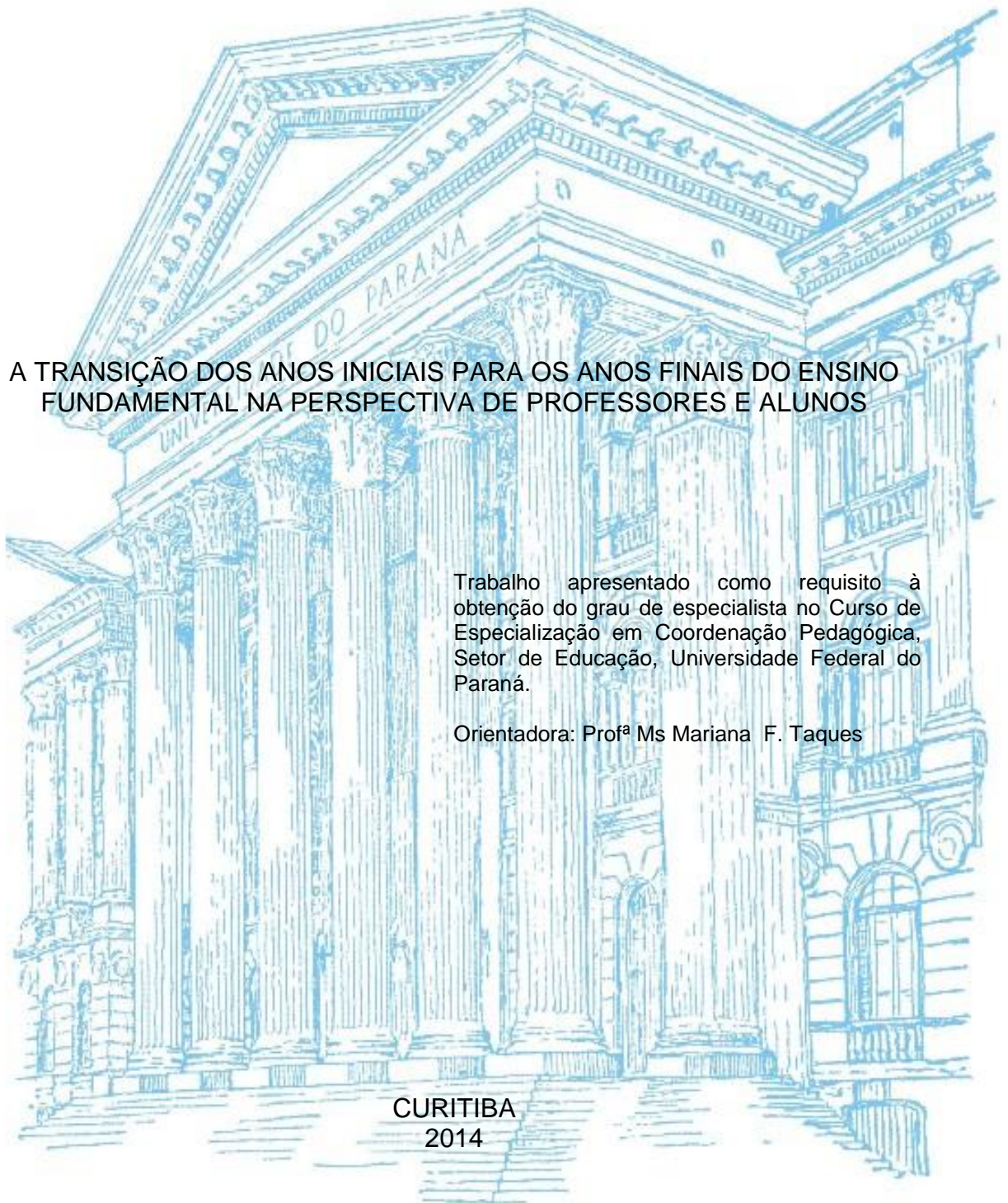
TÂNIA APARECIDA HUPPES

A TRANSIÇÃO DOS ANOS INICIAIS PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES E ALUNOS

Trabalho apresentado como requisito à
obtenção do grau de especialista no Curso de
Especialização em Coordenação Pedagógica,
Setor de Educação, Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Prof^a Ms Mariana F. Taques

CURITIBA
2014



A transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental na perspectiva de professores e alunos.

Tânia Aparecida Huppes

RESUMO

Este trabalho apresenta algumas implicações que ocorrem durante o processo de transição do aluno do Ensino Fundamental Séries iniciais para o Ensino Fundamental anos finais. As hipóteses que acarretam tais implicações serão verificadas a partir de pesquisas com alunos e professores da referida etapa escolar. Com a implantação da Lei nº 11.114/05, referente a ampliação do Ensino Fundamental de Oito para Nove Anos reforça a ideia de que o trabalho pedagógico deve acontecer de forma contínua sem rupturas assegurando a todas as crianças um tempo maior de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade. A partir do resultado da pesquisa será possível conhecer a posição do aluno e do professor sobre as possíveis dificuldades que se apresentam nesta etapa do ensino. Contudo o foco principal está em conhecer o que pensam alunos e professores sobre esta fase de transição.

PALAVRAS- CHAVE: Ensino Fundamental de Nove Anos, transição, aprendizagem.

1- INTRODUÇÃO

Num mundo marcado por transformações, mundialização cultural e globalização econômica a educação está na pauta das discussões. Discute-se cada vez mais o papel essencial que ela desempenha no desenvolvimento das pessoas e das sociedades.

Na escola, o indivíduo passa por um processos de socialização, a criança tem a oportunidade de desenvolver a sua identidade e autonomia contribuindo para o reconhecimento do outro e percepção das diferenças entre os seres humanos; origens socioculturais, diferentes religiões, etnias, costumes, hábitos e valores, e toda esta diversidade amplia as experiência educativa. Desse modo, é no ambiente escolar que se oferece condições para as crianças conhecerem, descobrirem, criar e participar da construção dos saberes.

Segundo Kramer (1988, p. 33) “a criança não é apenas um ser psicológico, mas muito mais do que isso, um ser inserido socialmente, visto que pertence à uma classe social, possui uma cultura e vive num determinado momento da história” Daí a importância de pensar a Educação como um processo contínuo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Fundamental (2010), no art. 24, expressam os objetivos da formação básica das crianças, definidos para a Educação Infantil, prolongam-se durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no primeiro, e completam-se nos anos finais, ampliando e intensificando, gradativamente, o processo educativo.

O tema deste trabalho de pesquisa expressa as inquietações vivenciadas nas escolas que ofertam o Ensino Fundamental. A divisão existente nesta etapa do ensino leva gestores e educadores a refletir sobre esta organização para que os resultados obtidos pela educação sejam mais positivos e que o aluno, sujeito da ação educativa, tenha sucesso na aprendizagem, que as organizações políticas administrativas não interfiram no processo de aprendizagem.

O presente trabalho é baseado na hipótese da existência de uma queda no rendimento durante o Ensino Fundamental, especificamente durante o processo de transição do 5º ano para o 6º ano do ensino fundamental. Nesta fase de transição o aluno apresenta algumas dificuldades que podem ocorrer

devido falta de conhecimentos básicos, perdem as referências; a criança tem como primeira referência os pais e a segunda, os professores, ele tem o professor como modelo, é importante destacar que nesta fase de transição, com todas as mudanças especialmente com o aumento do número de professores, ele perde esta referência principal na escola. Outro ponto relevante é o momento em que o sujeito se encontra a evolução natural, ou seja, a passagem da infância para a adolescência, ele busca vínculos que são indispensáveis para a aprendizagem, eles são parte do processo. Sarmiento, (2005, p. 5) afirma que, “só ha aprendizagem quando existe vínculo, e a maneira mais sustentável de se estabelecer vínculo é trabalhar a partir das experiências dos sujeitos

A Constituição Federal de 1988 ampliou a autonomia dos Estados e Municípios, promovendo estes à condição de entes federados, estabelecendo que os mesmos devam trabalhar em regime de colaboração nos sistemas de ensino. Dessa maneira os municípios assumem a responsabilidade pela Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental e os estados prioritariamente pelos anos finais do Ensino Fundamental e pelo Ensino Médio. Assim, ainda que haja uma ruptura na oferta dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, cabe ao poder público assegurar que esta transição não traga prejuízo ao educando, tal como estabelece a Resolução nº 07/10 no Art. 29, do Conselho Nacional da Educação:

A necessidade de assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens torna imperativa a articulação de todas as etapas da educação, especialmente do Ensino Fundamental com a Educação Infantil, dos anos iniciais e dos anos finais no interior do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Fundamental com o Ensino Médio, garantindo a qualidade da Educação Básica (BRASIL, 2010, p.8)

. A implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos busca a efetiva ligação entre as fases do ensino., reforça a visão de educação como um processo contínuo a transição não pode trazer prejuízo ao educando

O levantamento de informações para o desenvolvimento do trabalho será feita a partir de questionários semi estruturado com alunos matriculados no Colégio Estadual Tancredo Neves EF M, do 6º ano em 2014, os professores que atuam nestas turmas, bem como os professores que trabalharam com os

alunos público alvo da pesquisa o 5º ano, séries iniciais no ano de 2013, análise de dados estatísticos baseados nos relatórios finais.

Muitas questões serão levantadas, o que pensam os alunos sobre esta fase mudança, quais as dificuldades encontradas e quais os medos que atormentam a criança neste período de mudanças. Assim como o professor também será questionado sobre as dificuldades dos alunos, se elas são de origem pedagógica ou comportamental, as diferenças entre a 5º ano e o 6º ano, o início da evasão, o aumento da repetência, Um fator bastante relevante é sobre o conhecimento que os docentes tem sobre os alunos nesta faixa etária, pois a eles cabe definir que aspectos priorizarão, como irão abordá-los, o tempo que irão utilizar, como serão avaliados. Os professores são quem formulam, classificam e avaliam a aprendizagem. Nesse sentido o currículo precisa considerar a faixa etária em que os alunos se encontram e compreensão de como ocorre a aprendizagem.

Em relação ao cumprimento legal do direito a educação não necessariamente garante a aprendizagem, a qualidade do trabalho desenvolvido em cada ambiente escolar é que propicia a aquisição do conhecimento. O desenvolvimento do trabalho necessita compartilhamento dos órgãos que subsidiam a escola nos aspectos de estrutura física, pedagógica e financeira, tendo em vista divisão das esferas administrativas, estado e município. É preciso que se pense em políticas públicas, não políticas de governo, pois estas tendem a implantação de modelos educacionais que não levam em conta as diferenças sociais, culturais, psicológicas e cognitivas.

Quando se fala em Planos de Educação estes precisam estar em sintonia com os desafios locais, regionais e nacionais, para tanto é necessário que ao se elaborar políticas educacionais seja considerado a pluralidade de vozes e olhares sobre a educação, é essencial que se considere a opinião de da comunidade escolar, ou seja, professores, coordenadores, funcionários, estudantes, pais e responsáveis. O educando em seu processo de desenvolvimento passa por inúmeras transformações cognitivas ele é visto como um ser que aprende ao interagir com o meio. Entende-se que a participação no processo de elaboração dos planos, permite compor uma visão mais ampliada dos processos, problemas e possibilidades da educação em determinado território, gerando compromissos e responsabilidades com o

planejado: compromete os governos com sua execução e a sociedade, de maneira geral, com seu acompanhamento e monitoramento.

Ao finalizar o trabalho espera-se contribuir para o desenvolvimento do trabalho pedagógico nas turmas que frequentam o 6º do Ensino Fundamental buscando a continuidade do ensino, que não haja rupturas e conseqüente fracasso escolar nesta fase, ajudar os professores para que percebam a necessidade de um trabalho diferenciado, um planejamento específico voltado para a especificidade da turma, também conhecer o que pensam alunos e professores sobre a transição dos anos iniciais e finais. Esse é o eixo principal do trabalho, reconhecer o problema, estudá-lo e estabelecer propostas para intervenção

2 – CONCEITOS RELACIONADOS AO ENSINO FUNDAMENTAL

A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, e declara como princípios do ensino a igualdade de condições de acesso e permanência, e também a obrigação da oferta de uma escola com um padrão mínimo de qualidade para todos os brasileiros, independente das diferenças sociais, econômicas ou raciais que possam existir.

Os indicadores nacionais comprovam o quanto o Brasil avançou em direção à democratização do acesso e permanência dos alunos no ensino fundamental, uma vez que cerca de 97% das crianças estão na escola.

O Ensino Fundamental é um dos níveis da Educação Básica, ele é obrigatório. Esta etapa tem como principal objetivo a formação básica do cidadão. Para isso segundo o artigo 32º da LDB (BRASIL, 1996) é necessário:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social

A partir de 2006 o Ensino Fundamental, que era de 8 anos, passou a ser de 9 anos, alterando a LDB em seus artigos 29, 30, 32 e 87, através da Lei Ordinária 11.274/2006, que amplia a duração do Ensino Fundamental para 9 anos. Segundo dados do Censo Escolar (2005- 2009) o processo de implantação aconteceu de forma gradativa nas escolas da rede municipal de ensino.

- Em 2005: 27,08% dos municípios brasileiros (1.507) ofertavam o Ensino Fundamental com nove anos de duração, amparados pela Lei nº 9.394/96;
- Em 2006: 47,20% dos municípios (2.626) garantiram o acesso da criança de seis anos de idade ao Ensino Fundamental de 9 anos, em cumprimento à Lei nº 11.274/06;
- Em 2007: 71,78% dos municípios (3.994) ampliaram o ensino fundamental;
- Em 2008: 82,57% dos municípios (4.594) ampliaram o ensino fundamental;
- Em 2009: 92% dos municípios (5.130) ampliaram o ensino fundamental; (Portal do MEC)

Em 2010, ano da universalização do acesso da criança de seis anos ao ensino fundamental de nove anos, 8% dos municípios (434) ampliaram o ensino obrigatório para, no mínimo, nove anos de duração. Neste ano foi implantado na rede estadual do Paraná, porém o processo foi simultâneo, ou seja, mudou-se a nomenclatura, automaticamente os alunos passaram de um sistema para outro. As secretarias de Educação em reunião com os secretários escolares e gestores foram orientados como proceder e orientar toda comunidade escolar a respeito das mudanças.

O ensino fundamental é considerado como a formação mínima que deve ser garantida a todos e em qualquer idade. Em sua conclusão, o estudante deve dominar a leitura, a escrita e o cálculo, compreender o ambiente natural e social, o sistema político, a tecnologia, as artes e os valores da sociedade e família. A partir da mudança do ensino para nove anos ficou dividida da seguinte forma: Anos Iniciais—1º ao 5º ano, anos Finais – 6º ao 9º ano. De acordo com o art. 27 da LDB 9394/96:

O Ensino Fundamental tem uma base nacional comum, porém cada estabelecimento deve organizar o currículo de maneira que contemple as características regionais e sociais: interesse social,

direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum,, condições de escolaridade dos alunos, orientação para o trabalho; apoio às práticas desportivas não-formais (BRASIL, 1996)

A ampliação do Ensino Fundamental tem implicações que não podem ser subestimadas, como, por exemplo: proposta pedagógica deve ser reestruturada, repensar o currículo como ferramenta que considere a diversidade cultural presente nos estabelecimentos elaborar uma proposta de trabalho voltada para a eliminação de qualquer tipo de discriminação por parte de educadores e educandos no ambiente escolar, a organização dos espaços físicos, materiais didáticos e aspectos financeiros. Tendo o currículo como eixo central, é imprescindível mudanças para que a ampliação do ensino aconteça de fato e contribua para a legitimação das mudanças no cotidiano escolar. Seguindo esta concepção é fundamental pensar no currículo que contemple a singularidade das crianças com seis anos de idade no Ensino Fundamental e por conseguinte as outras fases do ensino também. Respeitar o tempo de aprendizagem, as suas limitações, seu processo de desenvolvimento. A Educação no Brasil não tem considerado os tempos do desenvolvimento humano como fator fundamental para a construção de um projeto educativo de qualidade. A visão fragmentada da Educação, cristalizada em espaços e tempos, séries iniciais e anos finais como se fossem processos diferentes, organizados pelo currículo/conteúdo, em detrimento do contexto de vida e do tempo do aprender. Para Salles (2005, p. 36) a ciência psicológica tenta mostrar que:

A criança, ao se desenvolver, passa dos estágios mais simples aos mais complexos, chegando à idade adulta. As teorias na área afirmam que o desenvolvimento é ordenado para uma complexidade crescente. O desenvolvimento é definido como sequenciado e vai do pré-social ao social, ou do social ao individual, e do pré-lógico ao lógico. O vir a ser está ordenado, hierarquizado e previsto.

Com a implantação da Lei e a conseqüente adaptação dos Municípios as crianças de seis anos de idade foram incluídas representando uma novidade na oferta de ensino no Brasil. A ampliação do ensino fundamental pode não representar apenas a antecipação da escolarização, desde que a organização das séries iniciais, no que se refere à rotina escolar e currículo, respeitem a especificidade dos alunos ingressantes. Essa mudança no sistema de ensino

necessita de orientações para tal ampliação uma vez que a mesma traz implicações pedagógicas e administrativas.

Essa medida exige compreender os aspectos que envolvem a transição dos anos iniciais para os anos finais necessita análise em seus aspectos político, administrativo e pedagógica. Político, por reconhecer os direitos e deveres iguais para todos os cidadãos. Pedagógicos por elaborar um currículo que pense, valorize e planeje baseado na diversidade existente no País, seja ela, social, cultural, racial, religiosa ou de gênero. Administrativas com políticas públicas voltadas para o crescimento educacional.

Toda as crianças terão um tempo mais longo de convívio escolar com maiores oportunidades de aprendizagem, no entanto a aprendizagem não depende apenas do aumento do tempo de permanência na escola, mas também do emprego mais eficaz desse tempo, isso pode contribuir significativamente para que os estudantes aprendam mais e de maneira mais prazerosa. Para tanto a efetividade dessa política educacional, são necessárias ações formativas.

O poder público deve oferecer as condições pedagógicas, administrativas, financeiras, materiais, recursos humanos, bem como acompanhamento e avaliação em todos os níveis da gestão educacional. Essa política requer planejamento pedagógico para que se respeite as crianças como sujeitos da aprendizagem. A Secretaria de Estado da Educação (Seed), vem ao longo dos anos buscando ações que tenham como foco a qualidade da educação no Estado do Paraná, para tanto propôs aos NREs que desenvolvessem ações nos Municípios, com professores que atuam nas escolas públicas, mais especificamente os professores da rede municipal que trabalham com o 5º ano e com professores que atuam na rede estadual com os 6º anos com a intenção de buscar ações que ajudem a amenizar as dificuldades dos alunos.

A divisão entre as etapas existe desde a municipalização do ensino que aconteceu na década de 1990. Em 1996 é elaborada a Emenda Constitucional 14/96, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) este distribui os recursos para o Ensino Fundamental entre Estados e Municípios. O fundo é regulamentado pela lei 9424/96. No Estado do Paraná a municipalização do

ensino se processa sob a divisão de responsabilidades, ou seja, a oferta da 1ª a 4ª série (1º ao 5º ano) com predominância nas redes municipais de ensino e a oferta de 5ª a 8ª série (6º ao 9º ano) na rede estadual, configurando assim uma parceria técnico administrativa.

A pesar da divisão das esferas político administrativa o Ensino Fundamental é considerado uma única etapa da Educação básica, entende-se a partir disso que não deva existir ruptura entre as etapas. O ensino de nove anos veio reforçar está visão de conjunto é importante que se elimine a idéia de divisão e se conquiste a continuação do processo que a mudança de instituição não ofereça nenhum impacto no processo educativo.

Os sistemas de ensino devem assegurar a aprendizagem e o prosseguimento objetivando o sucesso do aluno. Para tanto o Ensino Fundamental precisa ser pensado em seu conjunto, ou seja, os nove anos de trabalho escolar.

A Resolução CNE/CEB nº.4, de 13/07/2010, mencionam, explícita ou implicitamente, o caráter de organicidade, seqüencialidade e articulação que deve presidir a estruturação da educação básica brasileira realizada pelos próprios níveis educacionais através de ações coordenadas:

1º As etapas e as modalidades do processo de escolarização estruturam-se de modo orgânico, sequencial e articulado, de maneira complexa, embora permanecendo individualizadas ao logo do percurso do estudante, apesar das mudanças por que passam:

I - a dimensão orgânica é atendida quando são observadas as especificidades e as diferenças de cada sistema educativo, sem perder o que lhes é comum: as semelhanças e as identidades que lhe são inerentes;

II - a dimensão sequencial compreende os processos educativos que acompanham as exigências de aprendizagens definidas em cada etapa do percurso formativo, contínuo e progressivo, da Educação Básica até a Educação Superior, constituindo-se em diferentes e insubstituíveis momentos da vida dos educandos;

III - a articulação das dimensões orgânica e sequencial das etapas e das modalidades da Educação Básica, e destas com a Educação Superior, implica ação coordenada e integradora do seu conjunto. (BRASIL, 2010 p 7)

Em material orientador para a implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos a SEED destaca que :

, a (...) a efetivação de um Regime de Colaboração que traga como fruto superação da ruptura entre o 1º e 2º. segmento do Ensino Fundamental, nas suas diferentes formas de organização das pessoas, dos saberes, das práticas, dos tempos e dos espaços que necessitam de articulação e integração (PARANÁ, 2010 p 5)

Entender a continuidade ou a descontinuidade do processo de transição requer acompanhamento. Observar o processo pelo qual o educando passa pode levantar muitas questões que trazem a tona hipóteses sobre as dificuldades neste rito de passagem, tais como; descaso familiar, imaturidade, indisciplina, a formação e o comprometimento de professores

O desenvolvimento humano é constituído por estágios sucessivos e tem adolescência como uma etapa de transição, ou seja a saída da imaturidade da infância para ir entrando na maturidade da idade adulta em meio a este processo ele enfrenta a puberdade, processo onde que se dá à transição biológica da infância para a adolescência. Ela indica o momento em que a adolescência começa. Este termo é também é empregado para mencionar todas as mudanças físicas que ocorrem no menino ou na menina. Os adolescentes pensam de maneiras mais sofisticadas e mais complexas do que a criança.

Esta fase é rica em exigências - novas habilidades e novos relacionamentos são postos à prova, sendo o professor um dos responsáveis por atender todas estas necessidades que o aluno tem, neste momento específico, pois ele vive um turbilhão de ideias e inquietudes, no entanto alguns professores não conseguem atender todas estas expectativas da criança, diante disso é necessário que o professor tenha um perfil adequado para trabalhar com esta idade, pois eles ainda são dependente dos adultos.

Kramer(1982, p 20) destaca em seus trabalhos que a criança precisa de cuidados;

Quando trabalhamos com um referencial teórico que concebe a infância como categoria social e entende as crianças como cidadãos, sujeitos da história, pessoas que produzem cultura, a idéia central é a de que as crianças são autoras, mas sabemos que precisam de cuidado e atenção.

Isso não quer dizer que o professor deva exercer um papel de cuidador e sim, conhecer seu aluno e desenvolver um trabalho com metodologias

diferenciada das demais séries. A Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010 traz em seus artigos a importância do amplo desenvolvimento:

Art. 22 O trabalho educativo no Ensino Fundamental deve empenhar-se na promoção de uma cultura escolar acolhedora e respeitosa, que reconheça e valorize as experiências dos alunos atendendo as suas diferenças e necessidades específicas, de modo a contribuir para efetivar a inclusão escolar e o direito de todos à educação

Art. 23 Na implementação do projeto político-pedagógico, o cuidar e o educar, indissociáveis funções da escola, resultarão em ações integradas que buscam articular-se, pedagogicamente, no interior da própria instituição, e também externamente, com os serviços de apoio aos sistemas educacionais e com as políticas de outras áreas, para assegurar a aprendizagem, o bem-estar e o desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões (BRASIL, 2010, p.6)

É importante que o professor perceba que nesta fase são estabelecidas formulações preliminares de atitudes e valores e ela não baseia o seu julgamento apenas no que vê, o seu raciocínio busca todo o repertório vivenciado. Começa a formar os seus valores éticos e morais, surgindo a noção de justo ou injusto, do dever e da responsabilidade.

A sala de aula precisa ser uma experiência de sucesso, o aluno constrói uma representação de alguém capaz. Caso contrário, se fracassa, o ato de aprender se transforma em uma “ameaça”, como está em um momento de inúmeras transformações, se considerar fracassado, nesta etapa as conseqüências no restante do processo será péssimo. Ele buscará os culpados pelo seu conceito negativo e culpará o professor pela sua metodologia de ensino, e pelos conhecimentos transmitidos, os quais irão julgá-los como sendo desnecessários e sem validade para sua vida estudantil como pessoal.

Freire (1996, p. 96) aponta que:

O bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma *cantiga de ninar*. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.

O papel do professor nos remete em primeiro lugar a sua principal atividade que é ensinar. Para tanto, o profissional de educação precisa de formação específica adequada para atuar nesta etapa da educação, momento especial na vida da criança que muda de escola com muitas expectativas em relação a estas mudanças.

Charlot (2008, p. 89) afirma que “formar o professor sem termos uma definição precisa de seu trabalho é muito difícil”. Perrenoud (2002) também defende a ideia que a formação dos professores é muito falha por não levar em consideração as práticas, o trabalho real dos professores, a amplitude dos problemas de uma sala de aula.

Em relação à formação do professor, é importante destacar que a exigência mínima para atuar nas Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, segundo LDB 9394/96, é Formação Docente em nível de Ensino Médio e para atuar nos anos finais do Ensino Fundamental é necessário Nível Superior, com formação específica na área que pretende atuar. A Formação Docente tem uma ampla carga horária destinada a prática, o estágio, momento em que o futuro profissional entra em contato com a sala de aula. a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados. Os cursos de Graduação em nível superior, ao contrário da Formação Docente, prioriza a teoria e não a prática, tem uma carga mínima de estágio. Se analisarmos a atuação de alguns educadores é possível perceber que eles ainda não estão preparados para atuar em sala de aula. Os alunos que frequentam o 6º ano exigem o máximo de atenção e dedicação do professor e ele acaba sendo tão pressionado que dificilmente vai conseguir desenvolver seu trabalho.

Os alunos que pretendem ser professores conservam a ilusão de que se deve apenas dominar os saberes para transmiti-los. A resistência, a ambivalência, as estratégias de fuga e a astúcia dos alunos desconcertam os professores. ” Os saberes da profissão professor são construídos ao longo da prática e a formação inicial deveria desenvolver os recursos para que as pessoas pudessem utilizá-los, como Bourdieu (2001 *apud* PERRENOUD, 2002) coloca, em seu *habitus*..

Ainda segundo Perrenoud (2002) a formação dos professores deveria ser baseada em uma aprendizagem por problemas, onde os estudantes se confrontassem com as experiências da sala de aula e trabalhassem a partir dessas observações, para que dessa maneira, aprendessem a lidar com as situações de surpresas, sucessos e fracassos, medos e alegrias e também com as dificuldades de controle dos processos de aprendizagem e

comportamentos dos alunos. Diante disso a presença sólida formação básica propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho.

Todos os profissionais da educação tem direito a formação continuada. Segundo Almeida (2008), a formação inicial é o primeiro momento da formação continuada e esta se prolonga por toda a vida.

A escola é um local de formação, os coordenadores pedagógicos assumem um papel de formadores de professores, é ele quem acompanha diariamente e diretamente o processo educativo e busca a mediação entre a prática e a teoria na sala de aula.

Diante disso, já é possível visualizar uma questão a ser discutida no âmbito escolar que ajudará professores e alunos na solução das dificuldades encontradas por eles no processo de transição, é imprescindível que o coordenador pedagógico exerça sua função de mediador do fazer pedagógico e não um faz tudo exceto seu trabalho.

A formação do professor seja a distância ou presencial deve dar subsídios necessários para que o professor consiga desempenhar sua função ciente da importância da mesma, atender à demanda dos alunos em sala de aula e garantir a aprendizagem. O compromisso do professor com sua formação é fundamental, usar o resultado das avaliações para analisar a sua prática. Cunha (2008) apresenta a importância do professor assumir e se responsabilizar pela sua formação para compreensão de seu exercício profissional assim espera-se que os docentes estejam abertos para todas as mudanças que se fazem necessárias e não busquem apenas reproduzir um referencial curricular, mas sim busque suas próprias experiências e vivências fazendo as modificações necessárias a cada realidade

Especificamente o trabalho com os alunos do sexto ano precisa de um profissional que se identifique com esta faixa etária, pois são extremamente dependente do professor em todos os aspectos, são inseguros em relação a que caderno pegar, confundem os professores, tem necessidade de falar assuntos alheios ao ambiente escolar, são curiosos, se detém em coisas simples como fazer ou não um traço com a régua, querem correr no intervalo, brincar, desenhar e pintar, isso é próprio da idade deles e o professor precisa conhecer as especificidades desta fase.

2- O QUE DIZEM ALUNOS E PROFESSORES SOBRE O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DOS ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A pesquisa foi realizada através de questionário semi estruturado com 2 professores que atuaram no 5º ano do Ensino Fundamental anos iniciais da Escola Municipal São João, no ano de 2013, 4 professores que atuam no 6º ano do Ensino Fundamental anos finais no Colégio Estadual Tancredo Neves no ano de 2014.

Este trabalho também foi realizado com 40 alunos que estão passando por este processo. Eles freqüentavam a Escola Municipal São João e hoje frequentam o Colégio Estadual Tancredo Neves. A Escola Municipal São João é a única existente na sede do Município que atende esta fase do ensino. Em nosso Município a Secretaria de Educação no ano de 2012, modificou a organização das modalidades de ensino nas escolas no perímetro urbano; a Educação Infantil é ofertada nos dois Centros de Educação Infantil, 1º, 2º e 3º ano frequentam a Escola Municipal Castro Alves e os alunos de o 4º e 5º ano na Escola Municipal São João. Os objetivos para referida organização é fazer com que a criança se habitue com mudanças, compreendendo aspectos físicos e pedagógicos sem que estes interfiram no processo de aprendizagem. O Ensino de Nove Anos foi implantado no Município de São João no ano de 2008, portanto estes alunos com o qual foi realizado o presente trabalho são literalmente os sujeitos desta mudança. Na rede municipal de ensino o processo de mudança aconteceu de forma gradativa, no entanto rede estadual a implantação aconteceu de forma simultânea, no ano de 2010. Uma pequena mudança de nomenclatura, sendo pois os alunos encaixados no novo sistema, sem nenhuma alteração no processo de ensino.

Busca-se, particularmente, porém causa a mudança que vem se verificando na organização dos espaços e dos tempos da escola pública: a escola constituída sob o princípio do

conhecimento estaria dando lugar a uma escola orientada pelo princípio da socialidade. O termo “socialidade” está sendo adotado aqui para ressaltar que a escola organizada em ciclos se situa como um tempo/espço destinado à convivência dos alunos, à experiência de socialidade, distinguindo-se dos conceitos de socialização e de desenvolvimento da sociabilidade tratados pela sociologia e pela psicologia. (MIRANDA. 2005)

A pesquisa aconteceu com os alunos na sala de aula onde a conversa era direcionada a todos e suas colocações foram sendo registradas, ou individualmente quando se encaminhavam a biblioteca.

Quando perguntado aos alunos sobre a nova escola, grande 80% da turma disse ter gostado do novo ambiente, alguns responderam que não pois era tudo muito diferente do que estavam habituados.. Propus a eles registrarmos no quadro em duas colunas, sendo uma para registrarem tudo o que consideravam bom na escola, ou seja pontos positivo, na outra coluna o que não gostaram, os pontos negativos. Convidei para que viessem até o quadro um de cada vez e fizesse registro. No final da atividade foi direcionado uma discussão para fazer uma análise sobre os registros.

Os pontos positivos foram; que tem mais liberdade, o lanche é diferente, tem cantina, podem conversar mais. Uma das maiores dificuldade está na organização, consideram tudo muito rápido, a criança valoriza pequenas coisas que muitas vezes para um adulto é insignificante, infantil, mas que para ela tem um sentido muito grande, existe um tempo certo para tudo conforme citado por MIRANDA;

pelas características do desenvolvimento humano, respeitando cada período de formação sem antecipar formas de atividade e aquisições e sem forçar o educando a trabalhar com o conhecimento de formas inadequadas, ou por serem precoces (...) ou por terem já sido ultrapassadas no processo de desenvolvimento do aluno (...).(2005 apud Lima, 2002, p. 13)

Sempre no início tem a chamada, em seguida pegar o caderno, copiar as atividades, resolver, corrigir, copiar a tarefa. O próximo professor repete o processo dizem ser cansativo. 70% dos alunos consideram o número de professores um problema, eles estavam habituados com diferentes professores para as disciplinas de Arte, Educação Física e Inglês, mas tinham um professor

para Língua Portuguesa, História, Geografia, Matemática e Ensino Religioso, sendo este a referência deles pela presença diária.

Outro ponto interessante está na metodologia do professor. Os alunos reclamaram ter dificuldade em entender alguns professores, usam um vocabulário muito difícil de entender, não sabem o que significado, passam atividades muito extensas, não esperam nem eles achar o caderno certo.

Entende-se por metodologia, um conjunto de ações desenvolvidas para alcançar determinado objetivo, no caso da educação ela não pode ser uma ação mecanizada sem considerar o contexto em que o educando está inserido faz-se necessário a clareza do profissional da educação no que se refere ao o que, para que, como e a quem está ensinando, partindo destes pressupostos planejar qual a metodologia adequada para que o aprendizado ocorra, metodologia que contemplem as necessidades educacionais do aluno, garantindo assim a qualidade no ensino. O processo de ensino-aprendizagem deve considerar aspectos inerentes ao aluno, pois cada indivíduo tem seu próprio ritmo de aprendizagem, idade, atividades extra-escolares, e a capacidade de cada um. É preciso também considerar que o aluno nesta fase inicial ainda não tem capacidade total de abstração ele precisa de tempo, de atenção individual. Se adaptar ao novo ambiente demora um tempo e muitos não conseguem com facilidade.

Os alunos descrevem de forma enfática a questão das relações entre professor e aluno. Estas relações precisam ser pautadas no respeito. A criança estabelece um vínculo emocional muito grande com o professor. A importância das relações interpessoais do professor com o aluno para o processo ensino-aprendizagem vem sendo apontada em diversos estudos, tal como o fazem Silva e Aranha (2005 p 373) :

O vínculo entre professor aluno influência na aprendizagem. O ser humano se humaniza a partir da interação com o outro. A troca de experiências, as discussões e interações entre os alunos, o carinho, a ajuda, a amizade. O professor interage com seus alunos, valoriza suas conquistas e suas dificuldades.

O envolvimento afetivo faz com que o compromisso em aprender se torne responsabilidade de ambos, professor e aluno. O professor assume a responsabilidade com o desenvolvimento integral do aluno e este por sua vez estará a cada dia motivado a participar. A criança percebe quando seus

sentimentos são valorizados. O professor tem a capacidade de reconhecer as potencialidades, limitações sentimentos desejos, sonhos dos seus alunos quando os conhece e tem um vínculo afetivo com ele.

Ainda sobre a pesquisa, nas considerações feitas por docentes que trabalham com os anos iniciais do ensino fundamental na rede Municipal de ensino, o rendimento dos alunos é acompanhado na escola não só por ele, educador, mas também pela equipe pedagógica, no Conselho de Classe é analisado o desenvolvimento de cada aluno e o mesmo só segue adiante no estudo se atingiu o necessário para acompanhar a série seguinte, sobre as dificuldades que o aluno enfrenta na mudança para a próxima fase do ensino, responderam ao questionamento partindo de uma visão em que se culpa os professores das séries iniciais pelo fracasso dos alunos. Segundo eles o processo de desenvolvimento dos alunos é respeitado, pelo fato de estarem diariamente com o aluno, conhecer as dificuldades de cada um e trabalham a partir dela, respeitam o desenvolvimento de cada aluno, avaliando e comparando o crescimento de cada um, não comparando o crescimento entre alunos. Também destacam que suas aulas são planejadas pensando nas dificuldades de cada um, a aula tem continuidade. Todos os entrevistados falam da questão do vínculo afetivo entre eles e seus alunos, existe uma intimidade tão grande que os alunos contam sobre questões familiares com naturalidade e o professor muitas vezes faz o papel de psicólogo. Eles percebem quando o aluno está com algum problema a partir do seu comportamento. O professor costuma tocar o aluno, abraça-lo transmitindo confiança e afeto.

No que se refere ao planejamento, julgam fundamental levar para a sala atividades dinâmicas, brincadeiras, em fim, atividades diversificadas, para que quando o professor chegue na sala o aluno já está curioso para saber o vai ser trabalhado.

Segundo estes professores, o fracasso acontece devido a presença de professores mal preparados para trabalhar com esta etapa da educação que exige conhecimento específico, ser acessível ao aluno, paciência em repetir. Também colocam a presença da família como fator importante, conforme os filhos vão crescendo os pais vão abandonando, tornando os filhos independentes. Uma professora fez a seguinte colocação “Se observarmos a

participação dos pais em uma reunião na Educação Infantil é quase 100% , ao longo dos anos eles vão se afastando, como se o filho já pudesse responder por seus atos.

Para os professores que trabalham com os 6º anos os pontos que interferem no desenvolvimento do trabalho refere-se principalmente a imaturidade, dificuldade de aprendizagem, não estão preparados para a série e a indisciplina. Alguns alunos não tem conhecimentos básicos ou mínimos para cursar a série, principalmente Língua Portuguesa e Matemática,. Questionam o fato de alguns nunca ter repetido uma série.

Diante de todos as dificuldades destacam o fato de os alunos não saberem ouvir, não há concentração, querem falar o tempo todo. Para alguns professores é muito difícil conseguir realizar um trabalho produtivo, com 100% da participação.

É interessante destacar que os problemas enfrentados pelos professores estão mais relacionados a aspectos internos da escola, ou seja planejamento e organização. O sistema público com suas políticas também interferem no trabalho pedagógico, porém existem muitas condutas que precisam ser analisadas dentro das instituições.

Constata-se que apesar dos conflitos esta fase é necessária para o amadurecimento dos educandos, bem como as novas relação que irão estabelecer com os professores, colegas e ambiente.

A escola é um espaço de ensino, aprendizagem e vivência de valores. O cotidiano escolar precisa estar ligado ao que acontece fora dela, além do seu do seu ambiente, deve considerar a realidade dos alunos.

Todos os envolvidos no processo educativo, ou seja, estudantes, professores, famílias, diretores, coordenadores e funcionários são agentes educativos e cada um com seus saberes, adquiridos a partir de suas experiências são parte integrante nas relações que acontecem nas salas de aula. Não é só o aluno que aprende nem só o professor quem ensina todos compartilham experiências, construindo um conhecimento.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela observação e análise de todos os aspectos levantados a partir das entrevistas percebe-se que muitas são as dificuldades encontradas por educadores e alunos. A comunicação entre eles, entre escolas e famílias está cada vez mais difícil pois as expectativas que envolvem o resultado do processo educativo vão além da sala de aula. As políticas públicas interferem diretamente neste processo, para tanto é imprescindível que todos os envolvidos tenham como foco principal a aprendizagem, que ela seja contínua e que realmente ofereça ao aluno condições para o sucesso na vida acadêmica.

Em relação a ruptura no Ensino Fundamental, que é considerado como etapa única é visível. As mudanças vão muito além do âmbito escolar, porém cada instituição de ensino pode juntamente com seus profissionais buscar ações que amenizem estes impactos que se referem a mudança de ambiente, as relações afetivas entre outros.

O Conselho Nacional de Educação afirma que:

A transição entre as etapas da Educação Básica e suas fases requer formas de articulação das dimensões orgânica e sequenciais que assegurem aos educandos, sem tensões e rupturas, a continuidade de seus processos peculiares de aprendizagem e desenvolvimento. (BRASIL, 2010b, Art. 18, § 2º)

A partir do trabalho desenvolvido com professores e alunos diretamente envolvidos nesta fase de mudança, algumas ações foram levantadas e acordadas por eles como sendo fundamental para que o processo educativo aconteça forma prazerosa e o resultado seja positivo, desta maneira pode-se amenizar o impacto sofrido pelo aluno durante a transição.

Em entrevista para a revista *Educação Callegari* (2012) afirma:

Nada de prescrições que sufoquem o processo criativo de professores e alunos, tampouco que ignorem a diversidade de condições em que a educação se realiza no Brasil. Os percursos e recursos educativos são necessariamente diversos, mas as crianças e jovens brasileiros têm direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento iguais, independentemente de sua condição social.

A escola precisa incorporar uma postura mais autônoma no que se refere ao planejamento pois só a partir dele pode-se determinar metas. Quando o professor planeja seu trabalho partindo do conhecimento que tem de seus alunos ele tem como ponto de partida as especificidades de cada turma e de cada aluno e o respeito a diversidade, construção social em torno das etapas da vida é o reconhecimento da criança e do adolescente.

Muitas ações precisam partir da escola e devem ser colocadas em prática pois se referem a mudanças na organização e no desenvolvimento do trabalho pedagógico e importantes para a adaptação do aluno do sexto ano .

O Ensino Fundamental de Nove Anos só veio reforçar a idéia de um processo contínuo entre as duas fases do ensino.

Medidas como organizar o horário com aulas germinadas. Fazer avaliações que tenham como objetivo verificar a aprendizagem e a partir do resultado planejar novas ações. O professor não pode deixar de lembrar que os alunos do 6º ano estão em fase de transição mas, ainda são crianças, diante disso faz-se necessário um trabalho diferenciado dos demais. A metodologias deve ser compatível com a idade em questão.

Em vista a todos os argumentos apresentados percebe-se que o professor precisa encontrar metodologias adequadas para trabalhar com os alunos de sexto ano e a escola precisa se adaptar para receber estes alunos que estão passando por tantas mudanças.

O desenvolvimento deste trabalho foi muito enriquecedor para minha atuação enquanto gestora. As dificuldades apresentadas pelos alunos de 6º ano são preocupantes. A partir deste estudo e contato com os professores acredito poder estar ajudando na prática diária, lá na sala de aula e também estar discutindo com os professores novas metodologias, que tenham como intuito a melhoria da qualidade da Educação. É preciso resgatar determinados valores esquecido ao longo dos anos, o estudo diário, a dedicação, a importância do diálogo do questionamento. Uma aula de sucesso é aquela em que todos os envolvidos participam. Também como fator extremamente positivo neste trabalho foi ouvir os alunos , deixar que coloquem suas idéias, isso dará a eles a oportunidade de questionar o que é negativo e o que é positivo.

Como educadores precisamos criar condições para que os alunos aprendam a estudar e sejam cada vez mais capazes de fazê-lo com autonomia

Nesta fase de passagem do 5º para o 6º ano, a rotina escolar do aluno, vai passar por novas experiências aumento do número de professores, interação com professores especialistas, mais exigências, mais responsabilidade e diferentes organização didática da aula, ampliação da

complexidade dos conteúdos. Ouvir o aluno é considerá-lo sujeito da aprendizagem e portanto do planejamento escolar.

Os professores que atuam no 6º ano, pelo fato de ter uma formação específica fica muito preocupado com sua matéria, devido as inúmeras exigências dão próprio sistema de ensino, portanto elabora critérios próprios de avaliação e o aluno não consegue ainda acompanhar estas diferenças.

Uma reflexão por parte dos professores e equipe pedagógica, pais e os próprios alunos sobre estas questões que envolvem este período de transição, e possíveis mudanças comportamentais que interferem na aprendizagem pode trazer resultados positivos, entender o processo de transição pode diminuir o impacto da mesma e ajudar o aluno para que passe por este momento dando continuidade ao estudo de maneira natural, e ingressar com equilíbrio a nova etapa.

REFERÊNCIAS

ÀRIES, Philippe. *História social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. Conselho Regional de Psicologia (SP), São Paulo

CALLEGARI, Cesar. A busca pelo Currículo Revista Educação, São Paulo, n. 180, 4 abr.2012. p. 25. Entrevista

CHARLOT, Bernard. A noção de relação com o saber: bases de apoio teórico e fundamentos antropológicos. In: CHARLOT, Bernard (org.). *Os jovens e o saber: perspectivas mundiais*. Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 15-31.

FREIRE, Madalena. *A paixão de conhecer o mundo*. 16ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. *Diversidade cultural e educação para todos*. Rio de Janeiro

KRAMER, Sonia. *A infância e sua singularidade*. Ensino Fundamental de Nove Anos- 1º Ano é fundamental para a qualidade social da educação Impressão e Acabamento: Leograf - Gráfica e Editora Ltda. 2ª Edição, Brasília, 2007. P 13- 21

Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos*. RESOLUÇÃO nº: 7, de 14 de dez de 2010. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2010a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf>>.

_____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dez 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>.

Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-publicacoes>

PIAGET, Jean. *A construção do real na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

___ PIAGET, Jean. *Da lógica da criança à lógica do adolescente*. São Paulo: Pioneira, 1976. _____. *Aprendizagem e conhecimento*. Rio de Janeiro: Freitas

Resolução nº 07/10 no Art. 29, do Conselho Nacional da Educação:

SILVA, Simone Cerqueira da; ARANHA, Maria Salete Fábio. Interação entre professora e alunos em sala de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2005 p 373-394.

SALLES, Leila Maria Ferreira. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. In: *Estudos de Psicologia*, Campinas: PUCCAMP, n. 22, jan./mar., 2005, p. 33-41.

WALLON, Henri. *A evolução psicológica da criança*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.